

EDITORIAL

É sempre um desafio o princípio de uma empreitada rumo a caminhos desconhecidos. A abertura de um programa de pós-graduação acadêmico em gestão urbana, em 2002, mostrou-se complexo e com desdobramentos incertos quando um grupo pequeno de professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) assumiu tamanha responsabilidade. No sexto ano de sua criação, em 2009, o curso já oferece sua primeira turma de doutorado, apostando em novos e promissores desafios.

O lançamento de uma revista brasileira na mesma área da gestão urbana coloca-se a altura desses novos desafios em termos de complexidade e dificuldades, diante de uma seara editorial acadêmica carente de publicações regulares que se proponham abordar a enormidade de assuntos caros à gestão urbana. Nossa constante preocupação, já manifestada neste número inaugural, é trabalhar com a multiplicidade de temas e disciplinas relevantes à gestão urbana respeitando simultaneamente suas especificidades e características marcantes. O leitor da *urbe* precisa, de antemão, considerar a natureza heterogênea dos números e volumes que seguirão este primeiro. Eventuais números temáticos interromperão essa rotina. Este número segue precisamente essa linha editorial reunindo sem receios ou remorsos artigos tão variados quanto o de Eliana Kuster sobre as relações entre a cidade e o cinema, bem como o de Marco Aurélio Arbage Lobo sobre dinâmicas populacionais da região metropolitana de Belém.

Assim, em seu artigo (o primeiro deste número) “Uma província de muitos olhos, Janela Indiscreta e Caché: quando a cidade revela segredos através do cinema”, Eliana Kuster busca em duas películas específicas do cinema, destacadas no título, referências para trazer à tona de forma criativa discussões sobre o ‘ver’ e o ‘ser visto’ nas cidades a partir do século XIX. A “sociedade do espetáculo” de Guy Debord – que inspirou o(s) movimento(s) Situacionista(s) no século XX e volta a despertar estranhamento no século atual – é utilizado por Kuster como uma das referências para construir essa intrigante relação entre o homem e sua maior criação sociotécnica, a cidade, ilustrada pelas duas experiências cinematográficas. Kuster nos convoca a pensar a cidade do dia-a-dia, a cidade de muitos olhos, a cidade que tenta, mas nunca consegue em sua completude produzir o urbano.

O que significa discutir ‘sociabilidades urbanas’ em Brasília (DF, Brasil)? Como considerar o ‘além-Plano Piloto’ na construção dessas sociabilidades? Breitner Tavares deixa transparecer o desejo de resposta a essas perguntas em seu “Mercados informais e sociabilidades urbanas na periferia de Brasília: o caso de Ceilândia – DF”. Tavares propõe um resgate, mais analítico que descritivo, da formação de Brasília e do surgimento das tão conhecidas heterogeneidades e incongruências estilísticas na paisagem da Grande Brasília, além das franjas do Plano Piloto, para, a partir deste resgate teórico, solidificar as bases para a discussão central sobre como a informalidade e práticas solidárias podem tornar-se definidoras de espaços de sociabilidade nas periferias de Brasília, em especial Ceilândia (DF, Brasil). É interessante acompanhar como o texto evolui em sua narrativa para construir os argumentos do autor sobre a “materialização da sociabilidade urbana” por meio da “formação de mercados informais e feiras”.

Transformações urbanas e sociais, em geral, acontecem de duas formas: paulatinamente, através de pequenas e insistentes alterações ligadas entre si por algum tipo de comprometimento mútuo; ou como reações a momentos súbitos e marcantes de

inflexão urbana (ULTRAMARI; DUARTE, 2009)¹. Apesar de não se referir explicitamente à ideia de inflexões urbanas, Emanuelle Silva Araújo, em seu texto intitulado “Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus”, trabalha este fenômeno na compreensão das transformações urbanas e populacionais da cidade de Manaus (AM, Brasil) a partir da implementação da Zona Franca de Manaus como parte das propostas de integração nacional (territorial) do governo federal brasileiro a partir das décadas de 1960 e 1970. Araújo sustenta ao longo do artigo a posição de que tal política definiu de maneira decisiva a urbanização da região desde então, inclusive com todas as oportunidades (econômicas) e problemas sociais e ambientais que essa polarização possa ter estimulado ao longo das últimas três ou quatro décadas.

O célebre geógrafo brasileiro Milton Santos dedicou sua vida a construir uma nova geografia e demonstrar como não é possível desvincular a sociedade do conceito de espaço, sintetizando esta conceituação de maneira brilhante a partir da ideia que o espaço é o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996)². Essa ideia permeia a maioria dos artigos expostos nas páginas seguintes, mas aparece mais claramente (não literalmente) a partir das ideias de outro pensador contemporâneo, Bourdieu, no texto “O lugar da juventude na Vila Varjão: política pública de intervenção urbana integrada e implicações educacionais”, de Magda de Lima Lúcio. A autora aborda as relações entre as estruturas do espaço físico e do espaço social para embasar conceitualmente seus estudos sobre as consequências das relações entre políticas urbanas abrangentes e políticas públicas educacionais para a construção da cidadania em Vila Varjão (DF, Brasil). O que se vê neste artigo, dentre outros aspectos e a partir de seus ricos detalhes, é a atualidade do princípio da indissociabilidade entre espaço e sociedade, difundido principalmente pelos trabalhos de Henri Lefebvre, Manuel Castells, Milton Santos, além do próprio Pierre Bourdieu.

A construção histórica das políticas sociais no Brasil e sua análise são os temas centrais do artigo “A participação política na construção das políticas sociais”, de Daniella Guedes Rocha e Renata Mena Brasil do Couto. Rocha e Couto analisam de forma interessante, em uma narrativa bem estruturada, dois momentos distintos na construção dessas políticas: seu momento de surgimento a partir de iniciativas estatais com a intenção de fortalecer a industrialização e o processo de acumulação capitalista no país; e outro, mais recente, onde, segundo as autoras, houve uma vinculação das políticas sociais às ideologias chamadas neoliberais. A riqueza dessa contribuição está justamente na construção crítica e entrelaçamento entre esses dois momentos distintos.

No artigo seguinte, Marco Aurélio Arbage Lobo trabalha perspectivas práticas de uso de dados censitários e geoprocessamento para uma compreensão mais abrangente de dinâmicas populacionais específicas. Em “Método para compatibilizar setores censitários urbanos de 1991 e 2000 aplicado ao estudo da dinâmica populacional da Região Metropolitana de Belém (PA)”, Lobo utiliza-se de uma ferramenta informacional para o desenvolvimento de um sistema de informações geográficas com a finalidade de promover a compatibilização entre dados estatísticos de setores censitários urbanos de 1991 e 2000 para a Grande Belém. Além de avançar especificamente no estudo de seu caso específico, ou seja, os problemas para apreensão da dinâmica populacional da Grande Belém por mudanças ocorridas nos setores censitários ao longo do tempo, este artigo fornece uma visão poderosa sobre a contribuição dos métodos de análise territorial e populacional estudados para a compreensão de dinâmicas específicas da escala intraurbana na organização do território das cidades e municípios.

¹ ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat, 2009.

² SANTOS, M. **A Natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

No artigo “Home-officer: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos”, Rogério Ramalho da Silva trabalha os argumentos sobre o surgimento de uma nova categoria de trabalho nas cidades contemporâneas, associada ao teletrabalho, o *home-officer*, termo para o qual não existe tradução literal para o português. Interessante destacar a maneira com que o autor busca relacionar teorias da organização, do trabalho e da produção apontando para possibilidades de utilização de estratégias de teletrabalho em benefício da dinâmica urbana. Nesse sentido, o artigo contribui à medida que considera o *home-office* tanto por seus aspectos de organização de trabalho quando por possíveis alterações positivas que trariam ao conjunto da cidade.

A penúltima contribuição deste número insere a historiografia da cidade e do urbanismo, de maneira estrategicamente importante, no plantel de possíveis contribuições à temática central da **urbe**. Afinal, esta revista parte do princípio que compreender a cidade e sua conformação sociotécnica historicamente construída revela aspectos cruciais da própria gestão urbana. Assim, Rodrigo Santos de Faria narra e analisa a inserção do engenheiro José de Oliveira Reis na história da construção urbanística e do planejamento urbano no Rio de Janeiro. Em “‘Financiar para urbanizar’ o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis entre o Departamento de Urbanismo e a Superintendência de Urbanização e Saneamento na implementação do Plano de Realizações – o caso da Avenida Perimetral (1956-1960)”, o autor reconstrói a municipalização do urbanismo no Brasil pela criação de setores administrativos e sobrepõe à isso a própria história de José de Oliveira Reis, usando como mediador dessa construção o caso da Avenida Perimetral no Rio de Janeiro.

Finalmente, em “Inovação social e sustentabilidade”, Ladislau Dowbor ‘abre’ o espectro de visão da gestão urbana para, de maneira provocativa, discorrer criticamente sobre os problemas da desigualdade e dos desequilíbrios socioambientais, considerados por muitos os maiores desafios para a sustentação da vida urbana e sobrevivência de sua resultante concreta, a cidade. Dowbor usa uma estrutura criativa para desenvolver sua análise de vários relatórios internacionais publicados por órgãos nacionais e supranacionais, como os do *International Panel on Climate Change*. O autor constrói sua narrativa avaliando argumentos e dados sobre mudanças climáticas, renda familiar e sobre a chamada sociedade do desperdício, convergindo essa construção conceitual para estabelecer as bases de sua abordagem do que chama de inovação social como processos analíticos mais holísticos e tomadas de decisão mais democráticas.

Se ao ler este texto de abertura o leitor percebe, muito brevemente, os graus de multiplicidade e complexidade presentes na individualidade e coletividade dos artigos, os editores garantem que essa riqueza de diversidade que compõe a gestão urbana só poderá ser apreendida em sua integridade ao final deste número inaugural da **urbe**. Boa leitura!

Rodrigo Firmino, Christian Silva e Tomás Moreira
Editores